

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 28/2025 PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 41/2025 COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA E SÍNDROMES – ASPAAS

João Monlevade, 03 de novembro de 2025.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Assistência Social

OSC: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA E SÍNDROMES – ASPAAS

CNPJ: nº 29.859.968/0001-50

Objeto: O objetivo deste projeto é garantir o aluguel de um espaço multidisciplinar, o qual permitirá à ASPAAS continuar oferecendo atendimento às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias e também ampliar sua atuação com ações de capacitação profissional, além de fomentar o fortalecimento da rede de apoio à inclusão, no município. O espaço será utilizado para atividades terapêuticas, educacionais e de apoio, essenciais para a promoção da inclusão social, autonomia e qualidade de vida de crianças diagnosticadas com TEA e suas famílias.

Vigência: 39 (trinta e nove) meses, com início previsto após a assinatura do Termo de Colaboração, com efeitos jurídicos a partir da publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública.

Valor Global: R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), a ser repassado em parcela única conforme cronograma de desembolso e com plano de aplicação previstos no Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária: 02011002.0824408022.066 – FONTE 27100003210 – Valor R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais) para custeio.

Considerando que a Lei nº 13.019/2014 estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, com ou sem transferência de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (OSCs), em regime de mútua cooperação, com o objetivo de alcançar finalidades de interesse público, e tendo em vista a aplicação desta legislação aos Municípios a partir de 1º de janeiro de 2017, que determina a formalização das parcerias por meio de chamamento público, ressalta-se que existem exceções legais que autorizam a dispensa desse procedimento.

Considerando que o Decreto Municipal nº 112/2018, com alterações introduzidas pelo Decreto nº 40/2025 que regulamenta a Lei nº 13.019/2014 no âmbito do município de João Monlevade;

Considerando o Art. 31, Inciso II, da Lei nº 13.019/2014 que dispõe que será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária.

Considerando a Lei Municipal nº 2736/2025, datada de 25 de agosto de 2025, que autoriza o repasse de recursos financeiros à **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA E SÍNDROMES – ASPAAS**, para oferecer atendimento às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias e também fomentar o fortalecimento da rede de apoio à inclusão, no município.

Considerando que a entidade parceira em questão é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), sem fins lucrativos, que não distribui lucros ou excedentes aos diretores, gestores ou associados, os quais também não recebem remuneração, e que, em caso de desconstituição, o patrimônio da entidade será destinado a outra instituição de mesma natureza ou ao Poder Público, conforme exigido pela Lei nº 13.019/2014 (art. 2º, I), cumpre destacar que a organização cumpre todos os requisitos legais necessários à formalização da parceria.

Diante do exposto, entende-se que a celebração do Termo de Colaboração com a inexigibilidade do chamamento público, conforme previsto no artigo 31, Inciso II da Lei nº 13.019/2014, é plenamente justificável, sendo esta medida adequada, idônea e de interesse público, uma vez que contribui para o atendimento das necessidades da população em situação de vulnerabilidade social.

Rita de Cássia da Cruz Souza

Secretaria Municipal de Assistência Social

Fica autorizada a celebração do **TERMO DE COLABORAÇÃO** com a OSC citada acima, desde que atendidos os termos da Lei. A justificativa e homologação deverão ser disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial do Município, como forma de atender o art. 32, § 1º da Lei Federal nº 13.019/2014.

O extrato do **TERMO DE COLABORAÇÃO**, após o cumprimento dos prazos, deverá ser publicado no Diário Oficial do Município, para que o mesmo tenha eficácia e ser disponibilizado no site da prefeitura para consulta pública.

Laércio José Ribeiro

Prefeito Municipal